Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados

É com o maior dos prazeres que aqui estou para o primeiro debate mensal deste ano, sobre as políticas do Governo da Região Autónoma da Madeira.

Escolhemos como tema as políticas de ambiente que este executivo tem desenvolvido nestes 21 meses de governação.

Assumimos como prioridades “educar para a sustentabilidade, conservar a Natureza e a biodiversidade, orientar para uma boa regulação das atividades económicas e empresariais, recuperar e valorizar a paisagem, dissuadir e prevenir os danos ambientais e aplicar sem contemplações o princípio do poluidor/utilizador/pagador”.

Conforme nos propusemos, reformamos o modelo de gestão da Floresta, da Paisagem e dos Espaços Naturais da Madeira e do Porto Santo, das Desertas e das Selvagens, criando o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza.

Racionalizamos recursos e melhoramos a coordenação das políticas a desenvolver.

Fomos capazes de aumentar as áreas protegidas da Região, quer vendo reconhecidos mais sítios na Rede Natura 2000, quer criando novos parques naturais marinhos.

Para além disto continuamos a apostar na criação de recifes artificiais, com o afundamento de navios, um verdadeiro sucesso no Porto Santo e que se repetirá no Cabo Girão.

Assumimos iniciativas concretas na conservação do Património Geológico, que prosseguirão em 2017.

Na Floresta, a requalificação dos recursos passa por diversas vertentes de intervenção:

-a reflorestação, nomeadamente de áreas devoradas pelos incêndios

-a renaturalização de espaços

-a introdução de espécies nativas com diversificação

No planeamento destas ações, o Governo tem orientado a sua ação para a criação de zonas “tampão” que se constituam como obstáculo natural à propagação de fogos, estando já a fazê-lo nas áreas que estão sob a sua gestão.

A par disto, o Governo reforçou de modo significativo as medidas de prevenção e vigilância a incêndios florestais, incluindo a reativação de postos de vigilância (6 torres e 12 postos), uma importantíssima frente avançada de detecção de fogos, para que rapidamente possam ser mobilizados meios de combate.

De igual modo, e porque este Governo não evita os temas eventualmente polémicos, mantemos uma política responsável de pastoreio ordenado nas serras, em áreas definidas.

Nunca proibimos o pastoreio!

Regulamentamos sim, a sua prática, numa postura responsável de salvaguarda da integridade física dos animais e de defesa da segurança dos Madeirenses.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

este executivo Social Democrata não tem a visão provinciana de que, os jardins e o património natural devem ser preservados para os turistas fruírem. Constituem isso sim, elementos essenciais à qualidade de vida dos que aqui residem.

Por isso temos em curso ou a iniciar intervenções em percursos pedestres, quintas e jardins, que valorizam os espaços urbanos e não urbanos, com privilégio pela recuperação e preservação de património histórico e natural, como foi nosso compromisso no programa do governo.

Este executivo iniciou um programa regular de disponibilização à população de diversas casas espalhadas pela Região, bem como tem feito concessões de algumas casas de abrigo para exploração e apoio a quem usufrui dos nossos percursos, oferecendo melhores condições sem megalomanias modernistas.

No domínio do MAR, o Governo da Madeira orienta a sua estratégia – no quadro das preocupações ambientais – pela concretização de quatro políticas estruturadas:

-o conhecimento e conservação do meio marinho

-o ordenamento do litoral e do espaço marítimo

-o crescimento azul

-a vigilância integrada, onde foi possível, fruto da ação deste executivo, garantir o reforço da presença da Autoridade Marítima Nacional nas Selvagens.

Instituímos uma estratégia concreta de combate à poluição – Poluição Zero no Mar.

No Porto Santo, foram inventariadas as 113 denominadas casas da lancha, a fim de serem avaliadas as conformidades com as condições elementares de abastecimento de água e drenagens de águas residuais, tendo ficado claro que este Governo Regional não tem receio de mandar corrigir as irregularidades e atuar em conformidade, quando o desrespeito pela legalidade perdurou.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Os diferentes instrumentos para uma política de solos, de regulação e ordenamento da utilização do território e do mar, têm merecido a maior atenção deste Governo, tendo sido já trazidos a este parlamento adaptações consideradas indispensáveis. Esta Assembleia está precisamente a debater o instrumento que “Desenvolve as Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo na Região Autónoma da Madeira e que define o Respetivo Sistema Regional de Gestão Territorial”.

Não quero terminar sem referir o trabalho que é feito por este executivo no sentido de gerir de modo responsável e consciente, um bem essencial a todos nós – a água.

Muitas vezes não é percebido pelas pessoas o enorme investimento que é feito para otimizar as captações de água, melhorara os sistemas de abastecimento e reforçar os caudais disponíveis, quer para consumo humano quer para rega.

Só no regadio este Governo tem previstos ou em marcha qualquer coisa como 3,8 Milhões de euros em investimentos, nomeadamente no Túnel do Espigão, em Gaula, Santa Cruz e Campanário, na Ponta do Pargo e no Porto Santo.

Naquela que é a distribuição que está à responsabilidade da empresa pública, ARM – Águas e Resíduos da Madeira, é essencial reduzir as perdas diárias de água potável.

Esta realidade deve ser bem interiorizada por todos e constitui um dos maiores desafios cívicos e de responsabilidade pessoal, autárquica e governativa, no sentido de reduzir tais desperdícios.

Entre obra em curso ou em breve início, este Governo investirá 4 milhões de euros em remodelações de redes de água, sistemas de abastecimento e drenagem em Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico e Santana.

Na gestão de resíduos sólidos mantemos uma forte aposta no aperfeiçoamento deste sistema e na otimização do seu tratamento, tendo o Governo chegado á conclusão que no caso dos resíduos hospitalares, é muito mais económico a opção de aquisição de uma Autoclavagem para desinfeção na estação da Meia Serra, com uma poupança anual estimada de 485 mil euros.

Por último,

quero recordar que

a Madeira é hoje líder nacional na atribuição do galardão Green Key, um dos maiores rótulos ecológicos internacionais atribuídos a empresas de restauração e alojamento.

Em 2016, 60% dos hotéis galardoados em Portugal encontravam-se na Madeira. Esta é uma demonstração clara do comprometimento do mercado regional para com o desenvolvimento turístico sustentável.

A Região apresenta a mais alta taxa de cobertura do país no Programa Eco-Escolas. São 138 instituições, que representam 64% dos estabelecimentos de ensino da Região, foram galardoadas com a Bandeira-Verde, símbolo da aplicação de boas-práticas ambientais pela comunidade escolar. São mais de 26 mil alunos e 3 300 professores diretamente envolvidos em atividades de cariz ambiental, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, mais responsáveis e mais proativos na nossa sociedade.